

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
Informe Brasil Especial - 50 anos da tomada de poder de 1964

Período: 29/03/2014 – 04/04/2014

GEDES – Brasil

- 1- Malhões rompe silêncio do Exército a respeito da prática de tortura
- 2- Ex-estudantes da Universidade de Brasília falam sobre repressão na universidade na época do regime militar
- 3- Apoio a tomada de poder pelos militares
- 4- Funcionário demitido durante regime militar será reconduzido ao cargo que exercia
- 5- Lula comenta 50 anos da tomada de poder pelos militares em vídeo
- 6- Pesquisa revela convicção democrática de brasileiros
- 7- Ex-ministro de João Goulart defendeu seu governo
- 8- Caderno especial do jornal *O Estado de S. Paulo* analisa regime militar
- 9- Propagandas contribuíram para a tomada de poder pelos militares
- 10- A participação de civis nos atos de repressão do regime militar
- 11- Exército conserva efetivo na região do Araguaia
- 12- Serviço Nacional de Informações monitorou João Goulart
- 13- Documentos revelam que Figueiredo sabia sobre atentado no Riocentro
- 14- Grupo se reúne para comemorar 50 anos da tomada de poder
- 15- Comissão Nacional da Verdade recebe ajuda das Forças Armadas nas investigações
- 16- Cacá Diegues defende a diferenciação do cenário político atual em relação ao de 1964
- 17- Periódicos analisam o cenário político pré e pós-regime militar
- 18- Nova pista sobre o desaparecimento de Honestino Guimarães
- 19- Revisão da Lei da Anistia
- 20- Governo estadunidense guarda documentos importantes sobre a história recente do Brasil
- 21- Análise do “milagre econômico” durante o regime militar
- 22- Ex-motorista da presidência da República contou experiências da época do regime militar
- 23- Ordem do Dia transmitia os rumos do governo durante o regime militar
- 24- Dilma Rousseff aborda os 50 anos da tomada de poder pelos militares em discursos
- 25- Alunos da Universidade de São Paulo manifestam-se contra professor que lia texto de apologia ao regime militar
- 26- Atos e manifestações marcam os 50 anos da tomada de poder de 1964
- 27- Sessão solene na Câmara dos Deputados termina em confusão
- 28- Colunista relembra dia da tomada de poder pelos militares
- 29- Principais acontecimentos dos governos do regime militar
- 30- Comissão Nacional da Verdade ouvirá militares que combateram a guerrilha do Araguaia
- 31- CNBB manifestou-se sobre o apoio da Igreja ao regime militar

1- Malhões rompe silêncio do Exército a respeito da prática de tortura

Segundo editorial do periódico *Correio Braziliense*, o depoimento do tenente-coronel reformado Paulo Malhões à Comissão Nacional da Verdade (CNV), no dia 25/03/14, rompeu com parte do silêncio dos militares a respeito ao regime militar (1964-1985) ao admitir as práticas de tortura, execução e desaparecimento de militantes. A procura pelos desaparecidos políticos no Brasil, no entanto, não obteve resultados até o momento e as medidas tomadas são insatisfatórias. Segundo Malhões, a Casa da Morte, localizada na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, foi utilizada pelo Exército entre os anos 1971 e 1978 para a prática de tortura dos opositores ao regime. Entretanto, o jornal questionou o silêncio de Malhões a respeito do paradeiro dos desaparecidos políticos. Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Ricardo Mello alegou que o depoimento de Malhões redimiu parcialmente a CNV das acusações que sofre em relação à falta de resultados alcançados. De acordo com Mello, o depoimento consiste em um resumo, mais verídico que as análises feitas recentemente, dos acontecimentos do regime militar a todos que não viveram esse período. Para Mello, muitas análises pretendem encontrar o "lado bom" no regime militar enquanto o depoimento de Malhões é "um banho de realidade", revelando a frieza com que torturas e mortes são tratadas até hoje por agentes da repressão. (*Correio Braziliense* – Opinião – 29/03/14; *Folha de S. Paulo* – Poder – 31/03/14)

2- Ex-estudantes da Universidade de Brasília falam sobre repressão na universidade na época do regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o engenheiro agrônomo e ex-militante estudantil Ramaiana Ribeiro e a jornalista Tereza Cruvinel participaram de audiência na Comissão Anísio Teixeira de Verdade e Memória da Universidade de Brasília (UnB) no dia 28/03/14. Ambos falaram sobre as violações das quais foram vítimas durante o regime militar (1964-1985). Ribeiro foi desligado da universidade em 1977 em decorrência da greve de alunos e professores ocorrida entre maio e dezembro do mesmo ano. A greve foi um protesto em resposta à violência com que eram tratados os integrantes da comunidade acadêmica da UnB dentro do campus. Na época, as atividades culturais eram vetadas e a resistência era acompanhada por escutas e olheiros dentro da universidade. Em decorrência do ato, 30 alunos foram expulsos pelo então reitor e capitão-de-mar-e-guerra da Marinha, José Carlos de Almeida e Azevedo, o qual justificou que o motivo da expulsão de ambos era a transformação do processo de votação para representação estudantil em "debate contra a ditadura". Ribeiro e Cruvinel declararam que foram vítimas constantes de vigilância e tortura psicológica. Ribeiro afirmou ter sido preso três vezes durante o regime e declarou que sofreu ameaças à sua família no período. (*Correio Braziliense* – Política – 29/03/14)

3- Apoio a tomada de poder pelos militares

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Demétrio Magnoli analisou que o golpe de 1964 recebeu apoio de diversos setores da sociedade, alguns dos quais posteriormente tornaram-se opositores do regime militar (1964-1985), como foi o caso do político Ulysses Guimarães. Para Magnoli, o regime adquiriu

caráter de “ditadura” em 1968, com a instauração do Ato Institucional 5 (AI-5), o qual contou com 17 signatários. Ao analisar os veículos de comunicação que apoiaram o regime, Magnoli ressaltou que a revista “Veja” publicou muitos elogios ao governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e à Operação Bandeirante, que promoveu ações de combate à oposição. Magnoli classificou a Comissão Nacional da Verdade como um “simulacro de memória esculpido segundo as conveniências do presente”. O jornal *Folha de S. Paulo* também publicou entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis, o qual afirmou que a tomada de poder pelos militares, em 1964, utilizou o discurso de defesa da democracia contra o medo das reformas sociais defendidas pelo então presidente João Goulart e o comunismo. Reis era membro da Dissidência Universitária da Guanabara, responsável por idealizar o sequestro do então embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick e foi preso durante o regime. O historiador afirmou que as lideranças empresariais, políticas, da elite e da igreja apoiaram o movimento de 1964, o qual foi defendido por um grupo heterogêneo de pessoas. Porém, com a chegada dos militares ao poder, instaurou-se a ideia de que a vitória da direita em 1964 era algo inevitável. O historiador referiu-se ao regime militar como uma “ditadura civil-militar”, pois elementos não-militares, como a mídia, exerceram papel significativo no período. Segundo Reis, um motivo central do fracasso da luta armada contra o governo foi a falta de apoio popular. Ao analisar a atualidade, Reis argumentou que as Forças Armadas agem no sentido de omitir e falsificar o que aconteceu no passado. Contudo, na opinião do historiador, a Comissão Nacional da Verdade, apesar da impossibilidade de acesso a arquivos das Forças Armadas, tem a possibilidade de elaborar um relatório esclarecedor sobre a tortura como política de Estado. (*Folha de S. Paulo – Poder – 29/03/14*)

4- Funcionário demitido durante regime militar será reconduzido ao cargo que exercia

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o advogado Osmar Ferreira, vítima de demissão injustificada após ser preso durante o regime militar (1964-1985), foi readmitido através de decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Ferreira era funcionário do Banco do Estado da Bahia, hoje parte do Banco Bradesco S.A., na cidade de Feira de Santana, no estado da Bahia. No dia 08/04/1964 Ferreira foi preso pelo Exército na agência bancária em que trabalhava e torturado por 12 dias. Quando retornou ao trabalho, o advogado descobriu que não era mais funcionário do banco. Ferreira, que possuía relações com a juventude do Partido Comunista Brasileiro na época, foi anistiado em 2010 com direito a indenização de R\$ 726 mil. Segundo a *Folha*, Feira de Santana foi ocupada em 1964 pelo Exército devido a boatos da existência de um “foco comunista” no local. A *Folha* afirmou que Ferreira deve ser recontratado na função que exercia há 50 anos e possui direito a “vantagens somadas durante o afastamento”. (*Folha de S. Paulo – Poder – 29/03/14*)

5- Lula comenta 50 anos da tomada de poder pelos militares em vídeo

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 29/03/14 foi divulgado pelo Instituto Lula um vídeo em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva comenta os 50 anos da tomada de poder pelos militares, em

1964. Lula afirmou que relembrar o período do regime militar (1964-1985) é importante para a valorização da democracia e ressaltou que apenas na democracia uma ex-condenada pelo regime militar, a presidenta da República, Dilma Rousseff, tem possibilidade de chegar à presidência e autorizar a investigação daquele período, como faz a Comissão Nacional da Verdade. Segundo o *Estado*, Lula afirmou que o fim do regime militar foi “fruto de intensa luta”, a qual permite que hoje possamos livremente escolher nossos representantes. A *Folha* lembrou que durante seu governo, de 2003 a 2010, o ex-presidente manteve os arquivos com documentos sigilosos do regime militar fechados. (Folha de S. Paulo – Poder – 29/03/14; O Estado de S. Paulo – Política – 29/03/14)

6- Pesquisa revela convicção democrática de brasileiros

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, novas pesquisas do Datafolha revelaram que, para 62% dos brasileiros, a democracia é a melhor forma de governo. No entanto, a maioria está insatisfeita com o funcionamento da democracia no país. Em relação ao regime militar (1964-1985), 46% dos brasileiros acreditam que houve mais realizações negativas do que positivas e 32% não soube responder. Os dados da pesquisa apontam também que 68% dos brasileiros acreditam que a corrupção piorou em relação ao período do regime, assim como a segurança pública, de acordo com 51% dos entrevistados. Em coluna opinativa para *Folha*, Valdo Cruz afirmou que um retrocesso aos regimes ditatoriais “é algo impensável no Brasil”. Cruz avaliou que a imperfeição da democracia instalada no país atingiu um ponto em que seus próprios apoiadores a consideram mais corrupta que o regime militar, porém, nem a pretensa ética dos militares justifica a barbárie e as mortes ocorridas durante o regime por eles imposto. Segundo o colunista, alguns civis que apoiaram a ditadura desviaram grande quantidade de dinheiro público, assim como os militares se “beneficiavam com algum tipo de regalia”, fato que não chegou ao conhecimento público devido à falta de transparência. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/03/14; Folha de S. Paulo – Opinião – 31/03/14)

7- Ex-ministro de João Goulart defendeu seu governo

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro do Trabalho de João Goulart, Almino Affonso, defendeu o governo de Goulart e apontou possíveis motivos para a tomada de poder pelos militares. Segundo Affonso, quando Goulart assumiu o governo a inflação já alcançava altos índices, que se refletiram em uma crise social. O ex-ministro também comentou as negociações com os Estados Unidos da América para reescalonar a dívida externa herdada do governo anterior e a oposição estadunidense à retomada das relações diplomáticas com a União Soviética pelo governo de Goulart. Affonso trata do assunto em seu livro “1964 na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart”, lançado no dia 31/03/14. (Folha de S. Paulo – Poder- 30/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 31/03/14)

8- Caderno especial do jornal *O Estado de S. Paulo* analisa regime militar

Em caderno especial sobre o cinquentenário da tomada de poder em 1964, o jornal *O Estado de S. Paulo* apontou que o então presidente deposto, João Goulart, era visto como herdeiro político de Getúlio Vargas e que tal “getulismo” foi manifestado em sua eleição para vice-presidente da República em 1961. De acordo com o periódico, a década de 1960 foi marcada por aberta conspiração político-militar na América Latina. Com a bandeira da “Aliança para o Progresso”, programa dos Estados Unidos da América (EUA) que buscou impedir a influência da Revolução Cubana, o Exército brasileiro destinou-se à tomada de poder. Segundo o governo estadunidense, no Brasil, era observado um “avanço comunista” e era necessário um novo adido militar na embaixada brasileira, para “fortalecer os militares democratas simpáticos aos EUA”. Para o então embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, a intervenção militar pareceria grave, porém a derrota levaria à “comunização” do Brasil. Segundo o *Estado*, a deposição de João Goulart foi resultado de um processo de polarização interna, associado à polarização do sistema internacional referente ao alinhamento do país na Guerra Fria. O editorial do *Estado*, publicado em 31/03/14, avaliou que meio século após os acontecimentos que culminaram na tomada de poder de 1964, é possível traçar uma análise mais serena e objetiva do período. Segundo o *Estado*, o então presidente João Goulart iniciou o seu governo em meio a uma crise e foi deposto da mesma forma. Os esforços pela volta do presidencialismo e as propostas de reforma de cunho socialistas representaram o avanço dos grupos comunistas no controle do Estado, que aliado à desordem econômica e administrativa, gerou descontentamento em relação ao governo de Goulart. O *Estado* ressaltou que o estopim para o choque entre governo e militares ocorreu com as revoltas dos sargentos, em 1963, e dos marinheiros, em 1964. De acordo com o *Estado*, o descontentamento das “lideranças civis e maioria da população” se tornou evidente na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade Também foi mencionada a participação da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) na rendição das unidades fiéis ao presidente João Goulart, na virada de 31 de março para 1.º de abril de 1964. Sob o comando do então general de brigada Emílio Garrastazu Médici, a escola de formação de oficiais mobilizou os cadetes, professores e pessoal de serviço para bloquear o Vale do Paraíba, por onde as forças do 1.º Exército avançariam contra São Paulo. Em relação aos desaparecidos no regime militar (1964-1985), o periódico relatou que, em 1995, com a aprovação da Lei 9.140, que reconhecia como mortas dezenas de pessoas desaparecidas, criou-se a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. No período de 11 anos, a comissão apontou 383 vítimas do regime militar - 236 mortos já identificados e 147 desaparecidos. (O Estado de S. Paulo – Especial – 30/03/14; O Estado de S. Paulo – Opinião – 31/03/14)

9- Propagandas contribuíram para a tomada de poder pelos militares

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, 14 filmes de propaganda do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) contribuíram na doutrinação da população para a tomada de poder pelos militares, em 1964. Algumas propagandas misturavam imagens de Hitler, Stalin, Lênin e Mussolini com fotos de Che Guevara, Fidel Castro e Nikita Kruchev e de greves no Brasil do início dos anos 1960. De acordo com o jornal, o Ipes foi financiado por companhias brasileiras e

estadunidenses e tinha entre seus dirigentes o general Golbery do Couto e Silva. Embora nenhum dos pequenos filmes atacasse diretamente o governo do então presidente da República João Goulart, eles continham críticas à situação de atraso e pobreza em qual o país se encontrava. O *Estado* também destacou a influência da doutrina francesa de guerra revolucionária nas academia e escolas militares brasileiras nas décadas de 1960 e 1970. Tal doutrina provém do livro *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*, escrito em 1958 pelo coronel francês Gabriel Bonnet, e foi trazida ao Brasil pelos oficiais que cursaram a Escola Superior de Guerra (ESG), em Paris. A definição de Bonnet para “guerra revolucionária” foi adotada no Brasil pelo Estado-Maior das Forças Armadas, a qual a via como “uma guerra interna, de concepção marxista-leninista, adotada por movimentos revolucionários apoiados ou estimulados pelo exterior”. A doutrina francesa de guerra revolucionária considerava que a tortura deveria ser vista como um “uma arma de guerra” pela sua eficácia, sem considerações morais. (O Estado de S. Paulo – Especial – 30/03/14)

10- A participação de civis nos atos de repressão do regime militar

O jornal *O Estado de S. Paulo* realizou um levantamento nas listagens de torturadores feita pelo projeto Brasil Nunca Mais e descobriu que, dos 439 acusados de torturar presos políticos durante o regime militar (1964-1985), cerca de 229 eram integrantes das Forças Armadas ou das Polícias Militares; 174 eram civis e 36 não tiveram seu vínculo identificado. O *Estado* destacou, portanto, que embora a prática da repressão esteja associada aos militares, quatro em cada dez torturadores eram civis. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Ruy Castro ressaltou a necessidade de investigar a participação de civis na tomada de poder pelos militares e nas violações dos direitos humanos cometidos durante o período do regime militar. O colunista citou o ex-presidente Juscelino Kubitschek, os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda e o deputado Ulysses Guimarães como exemplos de líderes civis que apoiaram a eleição indireta do marechal Castello Branco e, portanto, a tomada de poder. Também em coluna opinativa para a *Folha*, o ex-governador do estado de Minas Gerais Aécio Neves argumentou que a “triste página escrita” pelo Congresso Nacional brasileiro na tomada de poder de 1964 precisa ser lembrada. No dia 01/04/64, o Congresso declarou o cargo de presidente da República vago, mesmo ciente da informação oficial de que o então presidente, João Goulart, estava em território brasileiro. (Folha de S. Paulo – Opinião – 31/03/14; O Estado de S. Paulo – Especial – 30/03/14)

11- Exército conserva efetivo na região do Araguaia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército mantém alto efetivo na região amazônica, palco da Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Na cidade de Marabá, no estado do Pará, onde funcionou a Casa Azul, maior centro de tortura do regime militar, está localizada a principal unidade militar da América do Sul. Um total de 2.071 homens atuam em seis unidades da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, número que excede o de professores nas escolas públicas e privadas da cidade. De acordo com o Exército, o efetivo em Marabá é justificado devido à importância estratégica da cidade e ao crescimento econômico da região e está

de acordo com o Plano de Defesa Nacional. (O Estado de S. Paulo – Especial – 30/03/14)

12- Serviço Nacional de Informações monitorou João Goulart

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a agência central do Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu um informe, datado de 15/04/1975, descrevendo as conversas e encontros políticos do ex-presidente João Goulart na cidade de Maldonado, no Uruguai, onde ele vivia no exílio. O SNI visava monitorar o terreno político para a possibilidade da anistia de Goulart e o consequente retorno do exílio para formação de um terceiro partido alternativo à Arena e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O relato descreve vários encontros na casa do ex-presidente no início de 1975. (O Estado de S. Paulo – Especial – 30/03/14)

13- Documentos revelam que Figueiredo sabia sobre atentado no Riocentro

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, documentos do Inquérito Policial Militar sobre o atentado no Riocentro em 1981 revelaram que o então presidente da República João Figueiredo tinha conhecimento dos planos do Destacamento de Operações de Informações (DOI). Segundo os documentos, Figueiredo foi informado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre o atentado com cerca de um mês de antecedência. O plano consistia em provocar um apagão no evento comemorativo do Dia do Trabalho, onde a cantora Elba Ramalho se apresentava, e então lançar uma bomba. No entanto, a bomba explodiu no carro onde os dois militares designados para a execução do atentado estavam, impedindo a realização do plano. Segundo o *Estado*, os depoimentos do então chefe do SNI, Otávio Medeiros, e do então chefe Agência Central do SNI, general Newton Cruz, que confirmam que o ex-presidente estava ciente do atentado, são sigilosos e estão arquivados no Superior Tribunal Militar, na capital federal. (O Estado S. Paulo – Política - 31/03/14)

14- Grupo se reúne para comemorar 50 anos da tomada de poder

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, cerca de 150 pessoas se reuniram no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, no dia 30/03/14, para cantar parabéns em homenagem ao aniversário de 50 anos da tomada de poder pelos militares. O evento foi organizado pelo mesmo grupo que reeditou a “Marcha da Família”. (O Estado de S. Paulo – Política – 31/03/14)

15- Comissão Nacional da Verdade recebe ajuda das Forças Armadas nas investigações

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Celso Amorim, notificou o coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro Dallari, que o resultado das investigações sobre as violações de direitos humanos durante o regime militar (1964-1985), realizadas pelos comandantes das Forças Armadas através de sindicâncias, deve sair em até 40 dias. O pedido de abertura de sindicâncias foi feito em fevereiro de 2014 pela CNV, que pretende consolidar um mapa da

estrutura dos locais em que ocorreram mortes e torturas de opositores do regime a partir dos dados repassados pelos comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha e elaborar um histórico administrativo dos centros militares localizados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belo Horizonte. Em ofício enviado ao ministro, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, prometeu apresentar o resultado de sua parte da investigação em 30 dias, e informou que o trabalho está a cargo do major-brigadeiro do ar Raul Botelho. O comandante do Exército, Enzo Peri, divulgou que irá entregar a conclusão de sua investigação no “mais curto prazo possível”. O comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto, informou, através do chefe de gabinete, o vice-almirante Celso Luiz Nazareth, que “a sindicância interna na força já foi instaurada”. A CNV entregará seu relatório final sobre violações de direitos humanos no regime militar no mês de dezembro de 2014. De acordo com o *Estado*, o cientista político membro da CNV Paulo Sérgio Pinheiro informou que a comissão pretende incluir nesse relatório uma proposta para que atos homofóbicos sejam considerados crimes no Brasil. Segundo *O Estado*, a informação de que as Forças Armadas conduzirão tal sindicância foi recebida com ceticismo. O ex-presos político e militante dos direitos humanos, jornalista Alípio Freire, afirmou que tal processo corre o risco de ter seus resultados questionados e defendeu que as sindicâncias deveriam ser feitas por comissões mistas, contendo, além dos militares, representantes do governo e da sociedade civil. A presidente do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, Victoria Grabois, questionou a possibilidade de resposta de um assunto tão amplo em apenas 30 dias, considerando a afirmação anterior dos militares de que os documentos que dizem respeito a essas violações dos direitos humanos haviam sido destruídos. Grabois, no entanto, não descartou um eventual ensaio de “algum sinal de boa vontade” por parte dos militares, admitindo alguns casos de violações e apontando os responsáveis. Já a ex-presos política e integrante do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Rose Nogueira, declarou que, com essa iniciativa, os militares estariam sinalizando uma diferença de pensamento em relação aos militares do passado, restando saber, porém, até que ponto estão dispostos a revelarem o que possuem. (Correio Braziliense – Política – 02/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 02/04/14; O Estado de S. Paulo – 31/03/14; O Estado de S. Paulo – Política – 02/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 03/04/14)

16- Cacá Diegues defende a diferenciação do cenário político atual em relação ao de 1964

Em entrevista para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o ex-presidente do diretório acadêmico da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Cacá Diegues falou sobre o Brasil 50 anos depois da tomada de poder de 1964. Diegues afirmou que o Brasil atualmente ainda precisa se desenvolver, porém, o progresso realizado política, social e economicamente em relação aos anos de regime militar (1964-1985) é “absurdo”. Para o militante, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) implantadas nas favelas brasileiras são um exemplo desse progresso. Ele destacou que nos locais em que foram implantadas, as UPPs reduziram os índices de crimes. Diegues afirmou que as instituições e os seus líderes mudaram e que não se pode “demonizar” as Forças Armadas, de forma que o passado não seja nem esquecido, nem reencenado. Por último, Diegues ressaltou que não aceitaria uma indenização do Estado, pois

a resistência ao regime militar envolveu decisões ideológicas e morais e não foi um investimento financeiro, mas que entende aqueles que aceitaram. (Folha de S. Paulo – Caderno 2 – 31/03/14)

17- Periódicos analisam o cenário político pré e pós-regime militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, na madrugada do dia 31/03/1964, o comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria, Mourão Filho, movimentou suas tropas em direção à cidade do Rio de Janeiro, onde não encontrou resistência do então ministro da Guerra, general Assis Brasil. Na manhã do dia 01/04/1964, Filho anunciou o início da insurreição militar, surpreendendo alguns militares que conspiravam para a deposição do governo. O “dispositivo militar” do então presidente João Goulart foi deposto no dia seguinte ao anúncio da insurreição. Segundo os periódicos, os militares sempre tiveram uma participação ativa na história do Brasil, pois as Forças Armadas protagonizaram todas as tentativas de tomada do poder e rupturas institucionais no país. Assim, a tomada do poder de 1964 não foi um episódio isolado de intervenção das Forças Armadas na política. Segundo a *Folha*, a tomada de poder de 1964 foi uma retomada dos acontecimentos de 1961, quando os militares relutaram quanto à posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Os jornais ressaltaram que a atmosfera criada pela Guerra Fria legitimou o radicalismo político da época, porém, o peso atribuído a sua influência nos acontecimentos de 1964 é “exagerado”. Em coluna opinativa ao *Correio*, o professor de história latino-americana da Universidade de Denver, nos Estados Unidos da América, Rafael Ioris, afirmou que é de suma importância a compreensão de como o entusiasmo e otimismo da década de 1950 transformaram-se na crescente polarização ideológica do país, desprezo pelas instituições democráticas e radicalização política. O modo de desenvolvimento desse período e o processo de tomada de decisões podem fornecer parte das respostas a tal questionamento. De acordo com Ioris, a não realização das promessas desenvolvimentistas dos anos 1950 garantiu uma base para o surgimento de ideias alternativas para o desenvolvimento, que não estavam embasadas no sistema de representação política vigente. Ioris afirmou que o “otimismo ingênuo” dos anos 1950 pode ajudar no entendimento de como parte da população que apoiou o movimento de 1964 pensou que “estaríamos melhor se regidos por um regime de exceção”. Segundo a *Folha*, os responsáveis pelas decisões que levaram à tomada de poder agiram “como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias”. Em coluna opinativa para a *Folha*, o professor emérito de economia, teoria política e teoria social da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Carlos Bresser-Pereira, alegou que a tomada de poder de 1964 se diferenciou das outras tentativas na história brasileira porque contou com o apoio dos Estados Unidos da América e da burguesia nacional. Segundo Bresser-Pereira, a Revolução Cubana de 1959 influenciou diretamente na radicalização da esquerda, deixando a direita alarmada. O Brasil experimentou, durante o regime militar, duas fases de crescimento econômico, a primeira baseada na substituição de importações e a segunda na exportação de manufaturados. De acordo com Bresser-Pereira, apesar da luta armada não ter alcançado resultado algum, a demanda por democracia e direitos humanos se tornou maior diante do Pacote de Abril de 1977 culminando no início da transição para democracia. Para Bresser o capitalismo brasileiro consolidado

criou uma classe média e trabalhadora grande o que contribuiu para a demanda por um regime democrático no país. De acordo com o *Correio* a transição para democracia foi baseada em negociações que impediram mais confrontos violentos no país. O acordo firmado para a transição resultou na Lei da Anistia (1979) e na derrota eleitoral do ex-governador Paulo Maluf, desagradando os setores radicais dos dois lados da negociação, oposição e militares. Jânio de Freitas, em coluna opinativa para a *Folha*, afirmou que para que se faça valer o lema “ditadura nunca mais” são necessárias duas condições ao país. A primeira delas é a reformulação do ensino nas escolas militares, responsável por “forjar mentalidades” e por não prepararem os militares para a democracia. A segunda condição é que se fortaleça a ideia de soberania nacional. (Correio Braziliense – Política – 31/03/14; Correio Braziliense – Opinião - 01/04/14; Folha de S. Paulo – Opinião – 30/03/14; Folha de S. Paulo – Opinião- 31/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/14)

18- Nova pista sobre o desaparecimento de Honestino Guimarães

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, uma série de documentos encontrados pela Comissão da Verdade de Pernambuco (CV-PE) e examinados pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CV-RJ) revelaram uma pista, a primeira encontrada em 40 anos, para desvendar o desaparecimento do ex-presidente União Nacional dos Estudantes (UNE) Honestino Monteiro Guimarães. Os documentos continham os dados fornecidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) ao Ministério da Aeronáutica sobre as prisões de opositores do regime militar (1964-1985). Há quarenta anos, familiares de Guimarães alegam que o líder estudantil foi sequestrado e levado ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar) no dia 10/10/1973. No documento encontrado, o enunciado “Preso em 10 Out 73 no Rio de Janeiro” confirma a data. Além da data de prisão, os relatórios enviados pelo SNI à Aeronáutica continham o codinome do militante, “Alexandre”, o histórico policial e o tempo de condenação, 19 anos. Nos mesmos documentos foram encontradas informações sobre o desaparecimento do militante Fernando Santa Cruz, um dos casos investigados pela CV-PE. Segundo o SNI, Cruz foi preso no dia 22/02/1974. Assim como no caso de Guimarães, essa é a primeira pista desde o desaparecimento de Cruz. Enquanto o presidente da Comissão da Verdade da Universidade de Brasília, Cristiano Paixão, e a atual presidente da UNE, Virgínia Barros, acreditam que essas evidências possam levar a novas informações sobre o desaparecimento de Guimarães, o presidente da CV-RJ, Wadih Damous, alega que somente os indícios de prisão não bastam para saber o que aconteceu e que o Estado democrático deve se pronunciar para que a verdade sobre os desaparecimentos seja conhecida. O sobrinho do militante, Mateus Guimarães, declarou que os documentos confirmaram aquilo que a família sabia. Desiludido com o progresso das comissões da verdade, o sobrinho do militante criou um projeto on-line chamado “Trilhas de Honestino” que tenta traçar a história do ex-presidente da UNE de forma colaborativa. Segundo o *Correio*, diversas entidades relacionadas à vida do militante comemoraram a descoberta dos documentos. (Correio Braziliense – Política- 31/03/14; Correio Braziliense – Política – 01/04/14)

19- Revisão da Lei da Anistia

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a organização não-governamental (ONG) Anistia Internacional começou, no dia 01/04/14, uma campanha pedindo a revisão da Lei da Anistia brasileira (1979), a qual permitiu a libertação de presos políticos e garantiu o perdão àqueles que praticaram crimes políticos como assassinato, tortura e estupro durante o regime militar (1964-1985). A ONG argumenta que tais crimes constituem crimes contra a humanidade e, portanto, não podem ser anistiados. A campanha "50 dias contra a impunidade" recolhe assinaturas em uma petição on-line que será encaminhada para a presidenta da República, Dilma Rousseff, e para o Congresso Nacional. Foram divulgadas peças digitais que comparam acontecimentos atuais aos que ocorreram durante o regime militar com o slogan "Qualquer semelhança não é mera coincidência". A campanha colocou lado a lado crimes cometidos pela Polícia Militar durante o regime e atualmente, defendendo que a impunidade favorece a reincidência. Em ato realizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, escudos militares foram exibidos simbolizando momentos de ultraje aos direitos humanos. A ONG pretende organizar outros atos semelhantes com a finalidade de obter signatários para a petição. De acordo com o diretor da Anistia Internacional, Átila Roque, a impunidade favorece a perpetuação de "uma estrutura de segurança altamente militarizada, organizada para combater o inimigo interno" que segue com as violações de direitos humanos. A campanha pretende ainda resgatar a história da própria ONG, criada em 1961, cujo primeiro relatório internacional sobre tortura, publicado em 1972, tratava de casos ocorridos no Brasil. Em coluna opinativa à *Folha*, o mestre em políticas públicas pela Universidade Estadual do Ceará e senador pelo estado do Amapá Randolfe Rodrigues afirmou que ao contrário de outros países sul-americanos que tiveram regimes militares, o Brasil não encerrou o seu passado recente com o devido "ajuste de contas". O senador argumentou que para que a justiça seja feita, mesmo que tardiamente, é necessária a revisão da Lei da Anistia e a garantia de punição de crimes de agentes públicos. Para que a revisão aconteça, Rodrigues propôs o projeto de lei nº 237/2013, sob relatoria do senador João Capiberibe na Comissão dos Direitos Humanos. Segundo a *Folha*, uma pesquisa inédita feita pelo Datafolha revelou que 46% dos brasileiros são a favor da anulação da Lei da Anistia, o mesmo número defende que os torturadores devem ser punidos pelos seus crimes. Em 2010, 40% se declararam a favor das punições. Segundo a pesquisa, 54% acreditam que os casos de atentados contra o Estado por parte de ex-militantes devem ser reexaminados. Quando perguntado se todos deveriam ser julgados, ex-militantes e torturadores, o número de brasileiros a favor da punição para os crimes cometidos durante o regime militar subiu para 80%. A pesquisa levou em consideração a opinião de 2.614 brasileiros e foi realizada antes da publicação reportagens sobre os 50 anos da tomada de poder pelos militares e o depoimento do coronel reformado Paulo Malhões à Comissão Nacional da Verdade, quando ele admitiu e descreveu os crimes cometidos. (*Correio Braziliense* – Política – 02/04/14; *Folha de S. Paulo* – Poder – 31/03/14; *Folha de S. Paulo* – Poder – 01/04/14; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 02/04/14; *O Estado de S. Paulo* – Política – 31/03/14)

20- Governo estadunidense guarda documentos importantes sobre a história recente do Brasil

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, duas bibliotecas da Universidade do Texas, nos Estados Unidos da América, guardam relatos importantes da história recente do Brasil. A biblioteca Lyndon Johnson possui o relatório da Operação Brother Sam que apoiou o golpe contra o ex-presidente da república João Goulart e a Nettir Lee Benson, que é inteiramente dedicada à história da América Latina, guarda os arquivos do historiador John W. Foster Dulles onde se encontram uma série de documentos, cartas e entrevistas com importantes personagens do regime militar (1964-1985). Em coluna opinativa à *Folha*, o diretor do projeto de documentação referente ao Brasil do centro de pesquisa do Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, Peter Kornbluh, afirmou que, no dia 31/03/14, o filho do ex-presidente João Goulart, João Vicente Goulart, pediu ao Senado brasileiro que solicite ao governo estadunidense a liberação de documentos sigilosos referentes à tomada do poder em 1964. Através do processo de reclassificação de confidencialidade, o governo estadunidense vem, há 40 anos, liberando esses documentos. Entretanto, as ações clandestinas da Agência Central de Inteligência no Brasil continuam sigilosas. Segundo Kornbluh, tais documentos são inestimáveis à Comissão Nacional da Verdade, assim como aos cidadãos brasileiros e estadunidenses. A *Folha* localizou, nos arquivos de Dulles, uma entrevista inédita com Goulart, realizada no dia 15/11/1967, no Canadá. Na entrevista, o ex-presidente revela que entendia sua deposição como consequência de uma campanha de “envenenamento” da opinião pública contra seu governo, uma desorientação entre “justiça social e comunismo”. Goulart alegou entender, pelo clima de sua deposição, que tanto o excesso quanto a falta de oposição são prejudiciais ao governo. Na entrevista, o ex-presidente atribuiu a deposição de outros governos na América Latina à influência dos Estados Unidos da América e defendeu que um país que discursa a favor da democracia deveria permitir que a mesma aconteça. Para o ex-presidente, a deposição do regime democrático impediu o Brasil de dar “um grande impulso para o processo democrático na América Latina”. De acordo com o que Dulles registrou, Goulart não gostaria que essas declarações lhe fossem atribuídas, pois se tratavam apenas de “sentimentos pessoais” para ajudar o historiador a entender o Brasil. (Folha de S. Paulo – Opinião – 01/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 02/04/14)

21- Análise do “milagre econômico” durante o regime militar

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro do Planejamento dos governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, afirmou que entre os anos 1964 e 1979 o Brasil passou por um significativo processo de modernização e reformas. Primeiramente houve a reconstrução da economia e preparação das bases essenciais para o crescimento através da correção monetária e da fórmula salarial, além da criação de instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a reestruturação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um novo modelo institucional de infraestrutura foi aprovado e passou a ser realizado por meio de conglomerados estatais, com financiamento por meio de impostos únicos. No segundo momento veio o crescimento acelerado, chamado de “milagre brasileiro”. Velloso afirmou que o “segredo” de tal crescimento foi a

ênfase dada aos setores de bens de consumo duráveis e matérias-primas. O terceiro momento refere-se à crise do petróleo, produto do qual o Brasil era grande importador, que desmontou o modelo que permitiu o “milagre” econômico. De acordo com Velloso, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) foi marcado pela desaceleração econômica gradual, assim como por um programa de investimentos destinado a energia, matérias primas e determinados segmentos de bens de capital. Segundo a *Folha*, o crescimento acelerado da economia brasileira durante parte do regime militar (1964-1985) foi baseado em um “método de desenvolvimento econômico injusto”, a partir da exploração dos trabalhadores, da garantia de inúmeros subsídios às empresas privadas e da “socialização” da dívida externa, com seu endividamento “suicida” que persistiu no Brasil até o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Nos 20 anos que sucederam o regime militar o Brasil cresceu pouco. De acordo com a *Folha*, tal baixa no crescimento é fruto da maneira como os brasileiros foram tratados durante o regime anterior, que perpetuou a ignorância e a desigualdade no país. (Folha de S. Paulo – Mercado – 01/04/14; Folha de S. Paulo – Opinião – 01/04/14)

22- Ex-motorista da presidência da República contou experiências da época do regime militar

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o ex-motorista Miguel Soares de Oliveira relatou experiências vividas durante o período em que foi condutor do carro oficial da presidência da República, servindo a João Goulart e aos cinco militares que ocuparam o cargo durante o regime militar (1964-1985). Em 1964, Oliveira levou Goulart à base aérea no distrito federal, de onde o ex-presidente partiu para o exílio, e buscou o primeiro presidente do regime militar, general Castello Branco. Oliveira recordou que a tensão existente no país durante o regime militar fez com que se desfizesse de um retrato autografado de Goulart, assim como outros presentes que tinham relação com a oposição. O ex-motorista declarou que em sua função tinha de ser “cego, surdo e mudo” e foi assim que exerceu a profissão até 1985. Oliveira referiu-se a Arthur da Costa e Silva como alguém de grande curiosidade, “ele queria saber de tudo”; e não escondeu um carinho especial pelo último presidente militar, João Baptista Figueiredo, referindo-se a ele como alguém que “gostava muito de conversar, era muito simpático”. De Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, Oliveira afirmou ter poucas recordações. Entretanto, recordou que ao deixar a presidência, Geisel lhe deu um “forte abraço”, imagem que foi estampada na imprensa da época. (Correio Braziliense – Política – 01/04/14)

23- Ordem do Dia transmitia os rumos do governo durante o regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, durante o regime militar (1964-1985), e mesmo após seu término, todo ano no dia 31 de março era publicada a Ordem do Dia, através da qual se tomava conhecimento sobre os rumos do regime e o direcionamento para a distensão ou o endurecimento. A Ordem do Dia deixou de ser divulgada há pouco tempo. O ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que por ordem da presidenta da República, Dilma Rousseff, celebrações por parte dos militares da ativa referentes aos 50 anos da tomada de poder pelos militares não seriam permitidas, retirando assim a possibilidade de divulgação

de uma Ordem do Dia especial. Segundo o *Correio* o papel do ex-presidente da República, João Goulart, continua deslocado na história do país. Os conservadores o colocam como culpado pelo golpe, do qual foi vítima, e a esquerda lamenta que Goulart não tenha comandado uma resistência em 1964. O *Correio* afirmou que Goulart deixou o país em 1964 por ter conhecimento das consequências de uma intervenção militar estadunidense. O escritor Juremir Machado, em seu livro “Jango”, afirmou que o resgate do real significado do governo de Goulart, da defesa da população para as reformas de base e da radicalização democrática, que despertou reações entre os setores conservadores, é essencial para garantir a Goulart seu devido lugar na história. (Correio Braziliense – Política – 01/04/14)

24- Dilma Rousseff aborda os 50 anos da tomada de poder pelos militares em discursos

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 31/03/14 a presidenta da República, Dilma Rousseff, falou sobre os 50 anos da tomada de poder pelos militares, em 1964, durante um discurso no Palácio do Planalto. Rousseff afirmou que o país aprendeu lições com o sofrimento vivido durante o regime militar (1964-1985) e que relembrar o ano de 1964 é uma forma de ajudar a consolidar a democracia nacional. Declarou ainda que a democracia permite que as dores do regime sejam superadas e suportadas, pois “podemos contar nossa história”. O *Estado* lembrou que Rousseff não apoia a revisão da Lei da Anistia (1979), o que foi reafirmado em seu discurso ao declarar que a Anistia foi um passo para a redemocratização e deve ser respeitada. Segundo o jornal, tal posicionamento contraria grande parte da esquerda brasileira e membros do próprio Partido dos Trabalhadores, ao qual a presidenta pertence. Rousseff completou seu discurso afirmando que “quem dá voz à história somos cada um de nós, que no nosso cotidiano afirma, protege, respeita e amplia a democracia no nosso país”. Segundo os jornais *Folha* e *O Estado*, Rousseff, ao discursar na cerimônia de assinatura de contrato de concessão à iniciativa privada do Aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 02/04/14, lembrou em tom emocionado que o aeroporto era o local de entrada de exilados políticos do regime militar que retornaram ao país após a promulgação da Lei da Anistia. (Correio Braziliense – Política – 01/04/14; *Folha de S. Paulo* – Poder – 03/04/14; *O Estado de S. Paulo* – Política – 03/04/14)

25- Alunos da Universidade de São Paulo manifestam-se contra professor que lia texto de apologia ao regime militar

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) interromperam com protestos a aula do professor Eduardo Gualazzi, no momento em que o docente lia um texto de apologia ao regime militar (1964-1985). Os estudantes que estavam do lado de fora da sala de aula simularam sons de tortura e entraram na sala vestindo capuzes sobre a cabeça e cantando a música “Opinião”, de Zé Keti, hino da resistência ao regime. O professor se exaltou e além de tirar o capuz de uma estudante, tentou segurar o braço de outro aluno. Procurado pela *Folha*, Gualazzi alegou que se tratava de uma

questão interna da universidade. A aluna Erica Meireles, que participou da manifestação, declarou que Gualazzi tem direito a sua opinião, porém, não pode utilizar sua cadeira de professor como instrumento para disseminá-la. (Correio Braziliense – Política – 02/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 02/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 02/04/14)

26- Atos e manifestações marcam os 50 anos da tomada de poder de 1964

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o dia 31/03/14 foi marcado por diversos atos em referência aos 50 anos da tomada de poder pelos militares. A Subcomissão da Verdade do Senado afirmou que vai apoiar a campanha da Anistia Internacional que pede a revisão da Lei da Anistia (1979). O jornalista e exilado político José Maria Rabelo pediu que o nome do Estádio Punera Bley, na cidade de Vitória, seja alterado. O nome refere-se ao general responsável pela destruição da redação do jornal Binômio durante o regime militar (1964-1985). A Ordem dos Advogados do Brasil, por sua vez, reuniu advogados que foram atuantes na defesa de perseguidos políticos do regime e realizou o ato “Para não repetir”, durante o qual o ex-militante das Ligas Camponesas, Joel Câmera, surpreendeu a plateia ao declarar que “não houve golpe, mas uma revolução”. Na cidade de São Paulo, manifestantes se reuniram em frente ao prédio que abrigou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), onde exibiram fotos de presos e desaparecidos políticos e encenaram um interrogatório semelhante aos que ocorriam durante o regime. Além disso, os manifestantes pediram a revisão da Lei da Anistia (1979) e entoaram o hino da Internacional Socialista para recordar os comunistas mortos pelo regime. Segundo o *Correio*, no dia 31/03/14 manifestantes do grupo Levante picharam a residência do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra no distrito federal, Brasília. Faixas e fotos de desaparecidos políticos foram expostas em frente à casa de Ustra e os ativistas encenaram cenas de torturas e entoaram slogans contra o regime militar. Outros manifestantes realizaram o mesmo ato na rua em que vive o delegado Aparecido Laertes Calandra, conhecido como Capitão Ubirajara. No mesmo dia, o ato se repetiu em frente ao Congresso Nacional. Manifestações também foram realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra em memória aos camponeses mortos durante o regime. Os ativistas marcharam até o Supremo Tribunal Federal e cobraram do presidente da Corte, Joaquim Barbosa, o julgamento dos torturadores. De acordo com *Folha*, na cidade de São Paulo houve um protesto de movimentos sociais e sindicais em repúdio à violência policial e ao projeto de lei antiterrorismo. Manifestantes também saíram às ruas na cidade do Rio de Janeiro, organizados por centrais sindicais, movimentos estudantis e partidos de esquerda em uma “descomemoração” aos 50 anos da tomada de poder de 1964. Militares da reserva também se reuniram na cidade do Rio de Janeiro para comemorar os 50 anos do que chamam de “revolução” e manifestaram repúdio ao trabalho das comissões da verdade e à cobertura da imprensa relacionada ao cinquentenário. A reunião ocorreu no Clube da Aeronáutica, um local distante do centro da cidade por causa do “medo de hostilidade”, segundo os militares. (Correio Braziliense – Política – 01/04/14; Correio Braziliense – Política – 02/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 02/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 01/04/14)

27- Sessão solene na Câmara dos Deputados termina em confusão

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ato solene sobre o 50 anos de regime militar (1964-1985) na Câmara dos Deputados terminou em tumulto. Como não havia chegado nenhum integrante da Mesa Diretora, o deputado Jair Bolsonaro, por ser o deputado com mais mandatos naquele momento da Casa, demandou comandar os trabalhos. Após uma hora de atraso, o presidente da Casa, Henrique Alves, chegou e abriu a sessão. Alves se retirou e deixou no comando o deputado Amir Lando. A sessão foi marcada por duas confusões e fechada antecipadamente. A primeira foi a agressão entre duas mulheres, uma ligada à Associação das Mulheres de Militares que teve seu cartaz com agradecimentos aos militares arrancado das mãos por uma assessora parlamentar; e a outra quando Bolsonaro foi impedido de fazer seu discurso favorável ao regime militar, pois deputados e manifestantes viraram de costas para a Mesa, ato que é proibido. O pedido de Lando para que os presentes se virassem em direção à Mesa não foi atendido, portanto, o deputado deu por encerrada a sessão. (*Correio Braziliense – Política – 02/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 02/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 02/04/14*)

28- Colunista relembra dia da tomada de poder pelos militares

No periódico *O Estado de S. Paulo*, o colunista Arnaldo Jabour publicou um texto sobre a tomada de poder de 1964 escrito em 2010. No artigo, Jabour lembrou que no dia em que os militares chegaram ao poder no Brasil, ele se encontrava nas dependências da União Nacional dos Estudantes (UNE), na cidade do Rio de Janeiro, que foi atacada e incendiada pelos estudantes de direita da Pontifícia Universidade Católica. Segundo Jabour, no momento anterior ao golpe, o sentimento era de felicidade, pois se esperava que o socialismo fosse implantado no Brasil sem luta armada, com a ajuda do então presidente João Goulart, e que a classe média estivesse “ao lado do povo”. O colunista afirmou que naquele dia, ao caminhar pelas ruas e observar os tanques do Exército e as velas acesas nas janelas da cidade de “luto contra Jango”, concluiu que a direita estava no poder. (*O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 01/04/14*)

29- Principais acontecimentos dos governos do regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o modo mais simples, para efeitos didáticos, de se compreender o regime militar (1964-1985) consiste em uma revisão dos governos de cada general e seus mais importantes feitos. O governo de Castello Branco (1964-1967) deu início à repressão das manifestações e fechou entidades como o Comando Geral dos Trabalhadores e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Através do Ato Institucional 2, realizou a substituição dos 13 partidos existentes por apenas dois, Arena e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representavam respectivamente os aliados do governo e a oposição. O Ato Institucional 3 tornou indiretas as eleições para governador e posteriormente a Constituição de 1967 fez o mesmo com as eleições para presidente da República. Instituiu-se a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional e criou-se Serviço Nacional de Informações. O general Costa e Silva (1967-1969) aprofundou a repressão do governo e com o Ato

Institucional 5 (AI-5), garantindo plenos poderes ao presidente para fechar o parlamento e caçar políticos, formalizando a repressão. Naquele período, os protestos estudantis multiplicaram-se e as organizações de esquerda deram início à luta armada. Após a morte de Costa e Silva, uma Junta Militar assumiu a presidência. O governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi marcado pela intensificação da repressão com a utilização do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e da Polícia Federal. Médici criou centros de repressão e foi responsável pela Operação Bandeirantes, pela destruição da guerrilha do Araguaia e pelo chamado “milagre brasileiro”. Posteriormente, o general Ernesto Geisel (1974-1979) anunciou o início de “uma abertura lenta, gradual e segura” do regime militar. Entretanto, a Lei Falcão e o Pacote de Abril representaram um retrocesso dessa política. O último general na presidência, João Baptista Figueiredo (1979-1985), afirmou que levaria o país à democracia e aprovou a Lei da Anistia em 1979. Durante seu governo ocorreram os movimentos das Diretas Já. Na análise sobre regime militar, o *Correio* destacou a edição do AI-5, a oposição da população, a luta armada e o período de transição como pontos cruciais. Segundo o jornal, o AI-5 é considerado por alguns historiadores como o início “da verdadeira ditadura”, quando a linha dura dos militares passou a ser hegemônica no regime e teve início a “guerra suja” contra a oposição. O partido de oposição, MDB, foi sempre presente na resistência, embora variando entre momentos mais moderados e mais incisivos. O *Correio* *ressaltou* que as organizações de esquerda migraram para luta armada após o aumento de repressão em 1968, e a maior parte dos guerrilheiros que a compunham foi perseguida, torturada e morta. A transição teve início com a revogação do AI-5 e aprovação da Lei da Anistia, período em que a imagem do Brasil no exterior se deteriorava devido às constantes denúncias de tortura; e o movimento das Diretas Já acelerou o processo de transição. (*Correio Braziliense* – Política – 01/04/14)

30- Comissão Nacional da Verdade ouvirá militares que combateram a guerrilha do Araguaia

Conforme publicado no periódico *O Estado de S. Paulo*, nos dias 13/05/14 e 27/05/14, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) deve ouvir militares que combateram o movimento armado de resistência ao governo durante a guerrilha do Araguaia (1972-1975). As sessões serão públicas e ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro e na capital federal, Brasília. Os convites para os depoimentos devem ser encaminhados aos militares nas próximas semanas. Segundo o jornal, 41 pessoas que integraram o movimento de resistência armada contra o governo foram presas e executadas por ordem da cúpula do regime militar. Na versão das Forças Armadas, os guerrilheiros, que estavam armados, teriam sido mortos durante os confrontos com os agentes do governo. De acordo com *O Estado*, o oficial da reserva do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura será convidado e já confirmou que comparecerá à sessão pública. O militar é o único que revelou documentos que confirmam o fuzilamento de presos políticos, constando seus nomes. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 03/04/14)

31 – CNBB manifestou-se sobre o apoio da Igreja ao regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 03/04/14, em nota, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) declarou que a tomada de poder pelos militares em 1964 foi um “erro histórico” do qual a Igreja participou. A instituição reconheceu o apoio inicial à ação, mas afirmou que “houve mudança de posição após a constatação de atos que vinham sendo adotados”, além de defender que “nem todos os danos causados pelo regime militar foram devidamente reparados”. Segundo o consultor da Comissão Nacional da Verdade Jorge Afílio Iulianelli, a nota da instituição não representou avanço, visto que “a igreja não reconhece a responsabilidade institucional”. (*Folha de S. Paulo – Poder – 04/04/14*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)